

## As Letras do Arco-íris: a Formação da Nação Literária Sul-africana no Pós-apartheid

Doutorando Anderson Bastos Martins (UFMG/CNPq)<sup>1</sup>

### Resumo:

*O apartheid foi revogado na África do Sul em 27 de abril de 1994. A abolição do regime trouxe o fim da luta de resistência à segregação racial. Com isto, um importante debate surgiu no meio da escrita ficcional e da crítica literária do país, uma vez que o racismo/racismo de Estado, assim como os movimentos de resistência a este, haviam constituído a temática fundamental da literatura sul-africana da segunda metade do século XX. O fim do apartheid gerou uma discussão que, tendo em sua base as relações entre a política e a estética, trouxe à tona a necessidade defendida por muitos críticos de que a ficção sul-africana se voltasse aos temas supostamente universais, bem como ao desenvolvimento das formas literárias em si, que haviam sido preteridos pela denúncia social. Deste embate, surgiram as primeiras abordagens acerca da possível formação de uma literatura nacional sul-africana num período que coincide com a crítica da nação moderna enquanto sustentáculo das literaturas nacionais.*

**Palavras-chave:** África do Sul, literatura pós-apartheid, literatura nacional, política, estética

### Introdução

Assim como aconteceu à maioria dos países africanos, a África do Sul teve seu mapa desenhado e negociado pelas potências coloniais européias. Como se sabe, disto resultou que um número variado de etnias, nem sempre entretendo relações amistosas entre si, tornaram-se componentes de uma única “unidade” nacional. A posterior subjugação política e econômica da população negra e mestiça pela minoria descendente de europeus tornou as relações sociais ainda mais insustentáveis no país.

Em meio a tamanha animosidade social e diversidade cultural, a emergência de uma nação sul-africana acabou por constituir um projeto permanentemente adiado. A literatura do país sofre igualmente com a dificuldade de ser pensada em termos nacionais. Neste ensaio, analisa-se a possibilidade de que, com o fim do sistema de segregação racial, o surgimento da literatura sul-africana finalmente poderia ocorrer.

### 1 Preparando o terreno

A vigência oficial do apartheid enquanto ideologia de estado na África do Sul durou de 1948 a 1994, um período relativamente curto em que um atavismo antropológico se viu alçado à condição de base política de uma ditadura separatista. É interessante notar, porém, que, desde sua efetivação, o sistema foi recebido por seus críticos como uma estrutura desprovida dos elementos necessários para se manter por um prazo realmente longo. Um texto que parece prognosticar esta finitude previsível do apartheid é o conhecido ensaio que Nadine Gordimer escreveu em 1959 e que tem como título a sugestiva indagação “Onde é que os brancos se encaixam?”. Esta pergunta se dirige ao futuro, e, embora tenha como referência o processo de independência das nações africanas, parece ter em seu horizonte o momento em que o apartheid houvesse sido desmantelado e a liderança do país houvesse sido transferida para os líderes da maioria negra da população sul-africana. As sugestões apresentadas pela autora revelam sua certeza de que o sistema então em vigor era insustentável por mais que algumas décadas. De fato, o apartheid foi pensado durante sua duração a partir de ao menos duas posições diferentes. De um lado, estavam aqueles que se

responsabilizaram por sua implementação, manutenção institucional e justificação ideológica. De outro lado, reuniram-se as vozes que previam as fraturas sociais potencializadas pelo regime e o intrincado legado que teria que ser equacionado pelas gerações pós-apartheid. Em outros termos, o fim do apartheid foi articulado e analisado desde os primeiros anos de sua instalação.

Desde o início das negociações de transferência de poder, o termo pós-apartheid ganhou força entre os analistas e pesquisadores dedicados a compreender as complexidades e os dilemas produzidos pela e na África do Sul. Entre estes encontra-se o debate acerca da literatura pós-apartheid, motivado pela percepção de que a política e, de maneira específica, a dupla racismo/racismo havia sobrepujado todos os demais temas literários e, de certa forma, impedido uma maior criatividade por parte dos escritores e demais artistas sul-africanos.

Sem dúvida, esta discussão foi inaugurada pelo jurista Albie Sachs ao publicar o artigo “Preparing ourselves for freedom” (Preparando-nos para a liberdade) em 1990. O contexto e a repercussão do ensaio foram bem explicados por Duncan Brown e Bruno van Dyk na coletânea de entrevistas que organizaram para debater as idéias de Sachs.

O ensaio de Albie Sachs ... evocou uma resposta sem paralelos em nossa recente história cultural. Ele foi intensamente debatido em diretórios culturais, em encontros do COSAW [Congresso de Escritores Sul-africanos], seminários acadêmicos e até mesmo por membros do Parlamento. (...) Sachs afirma que seu texto foi inspirado por uma exposição de arte sul-africana na Suécia na qual ele ficou chocado com a mediocridade do material em exibição. O ensaio foi apresentado originalmente num seminário interno do CNA em Lusaka, ao qual o próprio Sachs não esteve presente, e foi publicado no jornal *Weekly Mail* na edição de 2 a 8 de fevereiro de 1990 com uma recomendação do Comitê Executivo Nacional do CNA para que “os diretórios locais discutissem e debatessem os temas levantados”. (BROWN; VAN DYK, 1991, p. VII)

A principal proposta apresentada por Sachs em seu ensaio pode ser resumida na passagem em que o autor afirma que os membros do CNA “deveriam ser proibidos de dizer que a cultura é uma arma da luta” (BROWN; VAN DYK, 1991, p. 117). Em seguida, Sachs estabelece um período de cinco anos para esta proibição, talvez como uma sugestão de que a interdição seria experimental. Tal posicionamento pode parecer esdrúxulo à primeira vista, mas, na verdade, reflete as aspirações de uma considerável parcela da comunidade intelectual sul-africana que se sentia impedida de produzir obras de arte fora da temática da resistência ao regime ou das relações raciais entre os diversos grupos constituintes da população daquele país. À medida que o apartheid foi perdendo terreno, estas vozes se fortaleceram e teve início um debate que, grosso modo, dividiu a intelligentsia sul-africana entre aqueles que desejavam que a arte se libertasse da política e aqueles que não concebiam a arte fora do território da política. Muitas acusações foram trocadas entre os dois lados. Para uns, o momento estava sendo apropriado por intelectuais e artistas que jamais haviam se importado com a injustiça social causada pelo apartheid e não viam a hora de se livrarem deste ônus e dar continuidade a suas vidas privadas privilegiadas bem como a seu trabalho artístico e acadêmico desvinculado de qualquer preocupação social. Em contrapartida, o segmento mais politizado da intelectualidade sul-africana era acusado de não querer abrir mão de um alinhamento ideológico que lhes havia conferido reconhecimento e servido de base para suas carreiras artísticas e acadêmicas. Em meio a isto, o termo “literatura pós-apartheid” foi cunhado e ganhou circulação na imprensa especializada e nos meios universitários, embora o debate que lhe deu origem não tenha sido esgotado. Pelo contrário, a simplificação original que criou dois pólos de discussão se multiplicou e o número crescente e diversificado de participantes do debate tornou a situação cada vez mais complexa.

Uma análise mais cuidadosa desta discussão, porém, revela a presença de um antigo e não menos complexo conflito entre a política e a estética. Instada a comentar o ensaio de Sachs, Nadine

Gordimer se posiciona de maneira clara e que resume em boa parte sua postura enquanto escritora politicamente engajada.

Um escritor que vive num país e num tempo em que a vida é inelutavelmente formada pela política não é capaz de separar a política da estética. Só se pode lidar adequadamente com a política quando o escritor encontra a estética para lidar com a política.” (BROWN; VAN DYK, 1991, p.27)

A passagem citada acima diz respeito a um tema muito antigo entre os teóricos e críticos da literatura, e, assim, pode-se dizer que aquela “pausa” requisitada por Sachs deveria ser situada no interior das discussões sobre o impacto político da literatura. Nadine Gordimer defende claramente que a literatura é uma produção estética que busca participar da crítica social e mesmo da formação política dos leitores. No entanto, um dos questionamentos endereçados a este posicionamento se refere ao fato de que, em lugares e tempos específicos, seja em meio a processos revolucionários, seja durante a vigência de regimes autocráticos, à literatura foi exigido um dever cívico que, ao contrário da noção do impacto social, acabou por torná-la subserviente a um grupo de interesses.

Como se vê, a discussão da relação entre a estética e a política esbarra em especificidades históricas que torna muito difícil um consenso, e isto ajuda a entender o motivo pelo qual a proposta de Sachs tenha sido alvo das mais diversas reações. Contudo, é interessante notar que, passadas duas décadas desde a publicação do ensaio, muito do debate acerca da literatura sul-africana ainda se realize em torno da decisão sobre o que deveria ser objeto da escrita literária após a saída de cena do aparato estatal criado pelo apartheid.

## **2 O pós-apartheid literário**

Num artigo publicado no *New York Times* em 2006, a crítica literária Rachel Donadio fez uma abrangente avaliação do estado atual da literatura sul-africana. Para tanto, entrevistou diversos escritores das mais variadas origens sociais. Um destes foi o jovem autor Damon Galgut, que fez a seguinte afirmação: “A literatura de resistência acabou. Não há mais nada a que resistir” (DONADIO, 2006). Parece uma declaração ingênua para um escritor proveniente de uma sociedade que, após as reformas neoliberais da década de 1990, vem sendo forçada a conviver com as discrepâncias sociais engendradas por um sistema capitalista globalizado. Entretanto, é pouco provável que Galgut não esteja plenamente consciente de que a realidade aponta para algo radicalmente oposto ao que ele afirma. Somente a presença sufocante de um regime sustentado pela força militar pode explicar o estranho esvaziamento do discurso político de Galgut. Desta forma, compreende-se o motivo pelo qual muitos pensaram que a literatura política na África do Sul chegaria a seu fim com o desmantelamento do apartheid, já que escrever politicamente equivalia, até então, a escrever contra o apartheid e resistir a seus processos de censura. Uma declaração do escritor Ntq Mhlongo, também citada por Donadio, confirma esta hipótese. Segundo Mhlongo,

a maioria dos escritores negros que escreviam antes da democracia concentraram-se na política, mas agora há muitas coisas sobre as quais escrever – a pandemia de AIDS, a pobreza, a criminalidade, a xenofobia, o desemprego. Minha atenção não se limita ao apartheid porque há muitas coisas acontecendo na África do Sul hoje em dia. (DONADIO, 2006)

Não parece plausível que o leitor acostumado aos conceitos interdisciplinares de política com os quais se trabalha atualmente concorde que escrever sobre a AIDS na África do Sul possa ser uma tarefa apolítica. O conceito de política não é mais local e passou a refletir as diversas formas com que a população mundial vem se organizando e pensando politicamente no novo milênio. A inserção da África do Sul no concerto das nações organizadas em blocos intercontinentais se reflete sobre a teorização do que pode vir a se chamar literatura sul-africana.

Ainda no tocante ao qualificativo “pós-apartheid”, que é freqüentemente ligado à produção literária, o autor de filmes de animação William Kentridge sugere que melhor seria chamar a literatura atual de “pós-anti-apartheid” (DONADIO, 2006), o que aponta de maneira bastante convincente para o fato de que a luta contra o regime não se faz mais necessária, ao passo que a reestruturação política do país e as fraturas sociais e raciais exacerbadas pelo período anterior são o novo desafio que deve ser abordado pelos artistas contemporâneos na ou da África do Sul.

A tarefa de nomear um período histórico ou um momento artístico é reconhecidamente uma das mais árduas para os pesquisadores. Entretanto, em meio às disputas, muitas vezes acirradas, referentes a termos mais abrangentes e menos ambíguos, freqüentemente a comunidade acadêmica acaba forçada a se contentar com uma nomenclatura pouco satisfatória porém consagrada por veículos de maior circulação, como os suplementos literários, os programas culturais de rádio e televisão, a imprensa de modo geral e o discurso de autoridades políticas e figuras de destaque do meio intelectual. Desta forma, a literatura sul-africana recente passou a ser tratada como “ficção pós-apartheid”, embora seja problemática esta conceituação temporal com base num período histórico restrito, porém capaz de reverberar indefinidamente sobre o presente do país.

No artigo “Unraveling the rainbow: the remission of nation in post-apartheid literature” (“Destrinçando o arco-íris: a remissão da nação na literatura pós-apartheid”), Shaun Irlam, professor de Literatura Comparada na State University of New York, faz um esboço das principais correntes (étnicas) que compõem a atual literatura da África do Sul. Falar em correntes étnicas pode parecer estranho à primeira vista e só passa a fazer sentido quando se tem em mente que as divisões raciais engendradas pelo colonialismo e hipocritamente reforçadas pelo aparato nacionalista do apartheid ainda se mantêm determinantes nas relações sociais do país. Além disto, a distância cultural entre nativos e colonos cultivada durante os três séculos de presença européia em solo sul-africano fez com que se erguessem significativas barreiras lingüísticas entre os diversos grupos étnicos.

Segundo a proposta de Irlam, a literatura pós-apartheid tem como base um processo de “desenvolvimento em separado” que revela uma situação em que “comunidades anteriormente submersas em sua resistência comum ao apartheid agora finalmente exercem a liberdade de explorar suas próprias histórias e afirmar seus próprios interesses” (IRLAM, 2004, p.698). Esta auto-afirmação fez com que os diferentes grupos e comunidades se engajassem em “renomearem a si próprios” (IRLAM, 2004, p.698) em busca de um apagamento da nomenclatura racial imposta pelo regime anterior. A partir desta hipótese central, o autor distingue quatro casos que compõem os grupos predominantes na atual produção literária sul-africana.

Em primeiro lugar, Irlam identifica uma literatura africâner auto-crítica que busca não só desassociar-se do discurso nacionalista monolítico dos articuladores culturais do antigo regime como também revelar a existência de grupos marginalizados, subalternos, no interior da própria comunidade branca (“lixo branco”). Com estas obras – Shaun Irlam cita *Devil's valley* de André Brink, *Country of my skull* de Antjie Krog e *Triomf* de Marlene van Niekerk – busca-se uma representação do processo pelo qual “as certezas austeras, calvinistas, teopolíticas que antes haviam sido os pilares da identidade africâner começaram a ruir” (IRLAM, 2004, p.703)

No segundo caso, articula-se uma desassociação com o conceito de raça em favor de solidariedades inter-étnicas, ou não-racialistas, e baseadas em marcas referentes à sexualidade, gênero, entre outras. Desta forma, “a micropolítica de uma sub-cultura específica assume precedência sobre temas de identidade nacional e nacionalidade (*nationhood*)” (IRLAM, 2004, p.711)

O terceiro grupo identificado no ensaio em questão inclui obras marcadas por profunda introspecção autobiográfica e confessional, especialmente no interior da escrita de autores brancos. Para Irlam, trata-se de uma escrita que se vê a braços com a pergunta lançada a toda a nação sul-africana pela Comissão de Verdade e Reconciliação: “Quem foi você durante as décadas do

apartheid?” (IRLAM, 2004, p.712). Para o autor, esta tendência reflete uma relação clara entre a escrita autobiográfica e a escrita de uma espécie de refundação da África do Sul que se deu com as eleições gerais de 1994.

Finalmente, o quarto grupo inclui uma escrita de autores negros que, embora igualmente introspectiva, se comparada com o grupo anterior, difere daquela por ter um caráter “notadamente mais comunal ... do que a guinada autobiográfica dada pela ‘escrita branca’” (IRLAM, 2004, p.713). Com isto, o autor identifica uma incômoda “insularidade paroquiana” nas obras analisadas – entre as quais se destaca a ficção de Zakes Mda – embora entre elas também possa figurar a escrita urbana dos jovens escritores negros entrevistados por Rachel Donadio para seu artigo mencionado anteriormente.

A partir deste esboço, é possível compreender os motivos pelos quais Shaun Irlam usou o termo “destrinchando o arco-íris” como título de seu ensaio. A doutrina anti-racialista adotada pelo governo de Nelson Mandela nomeou a África do Sul como a Nação Arco-Íris, uma utopia de reconciliação entre todas as etnias residentes no país. O destrinçar da nação não faz eco com um temido fracasso do projeto nacional sul-africano, que poderia ter ocorrido caso as forças de reconciliação não tivessem evitado a guerra civil que parecia ser inevitável ao final da década de 1980. Na realidade, o que se revela são as fraturas internas da sociedade sul-africana e a violência discursiva que permitiu aos descendentes dos colonizadores europeus implantarem, ainda que por um breve período, uma nação européia na África setentrional. Para Irlam, a literatura pós-apartheid afasta-se da política enquanto macronarrativa da resistência coletiva ao Estado e assume um caráter introspectivo, seja subjetivo, individual, seja comunitário. Para o autor, isto não equivale a apagar a importância da idéia de uma nação sul-africana, mas enxergá-la enquanto “trabalho em andamento e reconhecer a tendência à introspecção e à insularidade enquanto marca de um auto-exame e auto-consolidação preliminares à tarefa coletiva da nacionalidade” (IRLAM, 2004, p.715).

O artigo de Shaun Irlam possui o mérito de estabelecer categorias temáticas para a atual literatura sul-africana. A intenção do crítico parece ser fugir das amarras raciais que uniram grupos sociais relativamente coesos durante o apartheid, embora a consequência disto tenha sido a concretização da própria ideologia separatista do Estado, cujo mote era a criação de coletividades que vivessem harmonicamente distantes umas das outras e cujas relações fossem estabelecidas sob critérios eminentemente econômicos. Contudo, uma releitura das categorias de Irlam revela uma reedição daqueles mesmos grupos que se antagonizavam desde os primórdios do colonialismo europeu em solo sul-africano. Desta forma, o que se vê é um estudo abrangente da literatura pós-apartheid que a divide em ficção africâner, ficção negra e ficção de minorias.

Entretanto, é preciso que se faça uma reflexão não apenas sobre até que ponto é factível que se fale numa literatura nacional sul-africana, mas mesmo até que ponto esta é desejável. Diante disto, um segundo ponto interessante que se destaca no pensamento de Irlam é a forma como este dá como certa a existência de uma literatura nacional na África do Sul.

Para o crítico Andries Walter Oliphant, a África do Sul é constituída por um estado-nação sem uma nação. Ele correlaciona o conceito de nação à ideologia (a noção de que o povo de um território tenha suficientes elementos em comum para que possa rasurar suas diferenças internas e compor uma única nação). Em contrapartida, Oliphant correlaciona o estado-nação ao nacionalismo, que orienta a articulação e a logística da administração desta ideologia e garante a manutenção da rasura das diferenças culturais, históricas e, conseqüentemente, econômicas. Neste trabalho de diferenciação, Oliphant se apóia em Montserrat Guiberneau, o qual afirma que “enquanto os membros de uma nação estão conscientes de formarem uma comunidade, o estado-nação busca criar uma nação e desenvolver um senso de comunidade derivado desta.” (GUIBERNEAU, apud OLIPHANT, 2004, p.18). Por esta razão, Oliphant considera impossível pensar numa “literatura sul-africana”, uma vez que o estado sul-africano contemporâneo é herdeiro

de uma ideologia que tinha na separação uma de suas bases conceituais, o que impede que o povo sul-africano consiga formar um senso sólido, ainda que imaginado, de coesão nacional.

Enquanto a África do Sul pós-apartheid é um estado unitário e soberano, libertado do domínio colonial e minoritário, a diversidade lingüística e cultural encontrada entre os povos no interior deste estado torna insustentável qualquer afirmação da existência de uma literatura nacional. (OLIPHANT, 2004, p.20)

Esta é, na verdade, uma das premissas fundamentais defendidas por aqueles que prevêem o fim da nação enquanto categoria referencial para os estudos literários na atualidade, o que pode permitir que se diga que a história da África do Sul apenas exacerbou uma tendência internacional de ressignificação das redes imaginadas de solidariedade (ANDERSON, 2006) que hoje em dia se encarregam de fazer com que o indivíduo se sinta membro de uma ou mais coletividades que podem ser menores ou maiores que a nação a que ele pertença oficialmente.

Outro autor que reforça esta visão da África do Sul como um estado sem uma nação é Lewis Nkosi, que chega a afirmar que a literatura sul-africana não possui um lar.

Embora não seja necessariamente órfã (parentless), o romance sul-africano sempre foi sem lar (homeless), dependendo, para sua concepção, formato e legibilidade, de forças estrangeiras. Sempre se afirmou que as dinastias e monarquias possuem seus épicos, as comunidades tradicionais têm suas lendas e mitos de origem, e as novas sociedades coloniais suas alegorias românticas de conquistas e domesticação do elemento selvagem, o que não passa de um outro nome para o exercício da autoridade colonial sobre povos colonizados. Mas até agora, a principal expressão de nossa cultura literária sul-africana tem sido um romance de recusa e resistência e o apartheid sua cruz particular e sua agonia. (NKOSI, 2002, p.245)

Embora se refira especialmente ao romance, não deixa de ser interessante abordar a escrita literária sul-africana como uma ficção sem lar. O termo original empregado pelo autor, *homeless*, também é utilizado para nomear os desabrigados, os sem-teto, o que, à primeira vista parece carregado de um caráter pejorativo, hierarquicamente inferior às literaturas nacionais cujos “lares” foram estabelecidos há mais tempo pela crítica literária e são mais facilmente reconhecidos pelos cânones da literatura mundial.

Ao menos no senso comum, o lar, ou a casa, é um espaço que abriga um grupo reunido seja por afinidades genéticas, seja por interesses financeiros e/ou afetivos. Contudo, as ideologias nacionais e, por conseguinte, suas ficções não foram capazes de sustentar o mito da nação-família. A evidência histórica de como a nação foi criada através da (auto)concessão de privilégios a grupos particulares que trataram de universalizar seus valores e garantir seus interesses políticos e econômicos foi exacerbada, no caso da África do Sul, pelo racismo de estado que viria a culminar num processo de crescente guetização da população a partir de duvidosos critérios étnicos. Esta situação permite a Lewis Nkosi defender uma tese semelhante à de Shaun Irlam e tentar demonstrar que, enquanto a vigência do apartheid aproximou os escritores negros e brancos e fomentou o surgimento de uma escrita comum de resistência ao regime, o retorno à democracia ocasionou uma espécie de cisão entre estes grupos e o ressurgimento de dois blocos distintos de autores marcados por experiências historicamente determinadas pela cor de sua pele. Trata-se de um evidente paradoxo em que, num dado momento, a separação fez surgir a união ao passo que, no contexto seguinte, marcado por um discurso unitarista, a separação parece ser o caminho natural a ser seguido pelos escritores.

Lewis Nkosi traz ainda à cena um outro elemento cuja ausência impede a formação de um senso de coesão nacional entre a população sul-africana: a nostalgia nacionalista. Segundo o autor, a nostalgia nacionalista se dirige a um passado ideal, onde se perderam os valores mais estimados da nação. No passado sul-africano, reside apenas o trauma. A nostalgia do trauma só poderia se converter em masoquismo nacional. Apesar de o blues norte-americano provar que é possível unir a

nostalgia à dor, no caso sul-africano parece que o que mais interessa é rever o passado a fim de transformá-lo através de sua reescrita, num trabalho mais de exorcismo que de nostalgia.

A literatura sul-africana demonstra uma certa incapacidade de gerar nostalgia pelo passado, uma noção de passado (*pastness*) que pode ser recriada lamentavelmente sob a forma do momento da perda ou do estado da felicidade desaparecida. (NKOSI, 2002, p.249)

A dificuldade que se vai desenhando para que a ficção sul-africana seja tratada academicamente como literatura nacional sul-africana constitui, provavelmente, a principal razão por trás do surgimento da possibilidade de se estudar a literatura da África do Sul no interior do campo conhecido como literatura da África Meridional (*Southern African literature*), que muitos autores privilegiam em oposição ao termo literatura sul-africana (*South African literature*). A vantagem mais imediata do primeiro reside em não delimitar sua abrangência às fronteiras específicas de um estado-nação, fronteiras estas criadas em grande parte pela intervenção direta das potências coloniais européias. Uma alternativa é apresentada, a qual procura enfocar uma região geográfica do continente africano delimitada mais cultural e lingüisticamente do que politicamente. Naturalmente, esta opção aumenta ainda mais a diversidade cultural com que o crítico é obrigado a trabalhar, mas, por sua vez, permite um mapeamento do território pesquisado com base na geografia cultural antes que na mera cartografia colonial.

Um dos principais defensores dos estudos da literatura da África Meridional é Michael Chapman, autor do importante volume intitulado justamente *Southern African Literatures*. Como não poderia deixar de ser, o autor opta por um título no plural, *literaturas*, numa alusão direta à diversidade mencionada acima. Isto faz pensar que, possivelmente, o maior desafio para o crítico interessado na ficção sul-africana não esteja realmente na variedade étnico-lingüística ou econômico-social da África do Sul, mas sim na árdua tarefa de se encontrar uma singularidade suficientemente visível para se considerar a possibilidade de que, naquele país, venha nascer uma Literatura no singular.

A forma plural, *literaturas* africanas, ajuda a mapear a abrangência e a variedade; a forma singular ajuda a emprestar coerência ao campo de estudo. Seja qual for a opção, a resposta criativa é utilizar tais termos como elos de debate. (CHAPMAN, 2003a, p.8)

Além disto, Chapman não se esquia de acentuar o caráter marcadamente multicontinental da África, situada, na visão parcial e distorcida do planisfério, numa espécie de vórtice territorial com a América à esquerda, a Ásia e a Oceania à direita e abaixo da Europa. Naturalmente, trata-se de um posicionamento fictício e discursivo, embora reflita exatamente a história de um continente marcado pela presença milenar de povos e culturas provenientes de todos os demais continentes, em períodos mais ou menos distintos de sua longa história.

O conceito de Atlântico Negro de Paul Gilroy dá um nome compacto à zona de centros múltiplos que é difícil de nomear como africana, européia ou americana. (...) Nos estudos literários, uma nova consciência de afiliações bi ou tricontinentais dificulta qualquer categoria singular de pertencimento num grande número de escritores. (...) Quaisquer que sejam as limitações do conceito, o Atlântico Negro tem o potencial de adicionar energia à idéia da África na próxima era, mais global. (CHAPMAN, 2003a, p.7)

Por esta razão, Chapman pouco se interessa por uma tentativa de singularizar qualquer literatura africana e defende que a única maneira de se fazer um estudo verdadeiramente rentável da produção literária africana é através da tradução e da comparação. Citando o autor, “na comparação e na tradução, a África adquire complexidade” (CHAPMAN, 2003a, p.4). Pode-se também pensar que adquire relevância e possa contribuir para o debate literário multicontinental da contemporaneidade, uma vez que ninguém tem o direito de se recusar a reconhecer o caráter ainda

desigual das relações culturais situadas no eixo Norte-Sul. Assim sendo, a comparação torna-se mais promissora que a mera oposição e diferenciação nacionalista.

## **Conclusão**

Numa visão pessimista, o maior obstáculo à formação de uma literatura nacional sul-africana encontra-se no fato de o país ter atravessado a fronteira da descolonização num momento em que o próprio conceito de nação vinha sofrendo fortes questionamentos decorrentes da emergência de vozes dissonantes que começaram a oferecer contra-narrativas ao projeto pedagógico de nacionalidade estatal auto-evidente.

Numa visão otimista, por sua vez, este mesmo fato pode ser convertido como uma enorme vantagem para os autores e críticos sul-africanos, que podem transformar o país num verdadeiro laboratório para se pensar efetivamente a relevância de uma abordagem da literatura contemporânea em termos nacionais. Em outras palavras, as literaturas desabrigadas podem se tornar um microcosmo do fugidio conceito de literatura mundial.

## **Referências Bibliográficas**

- [1] [1] ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origins and spread of nationalism*. Edição revista. Londres/Nova York: Verso, 2006. 240p.
- [2] [2] BROWN, Duncan; VAN DYCK Bruno (Ed.). *Exchanges: South African writing in transition*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1991. 126p.
- [3] CHAPMAN, Michael. African literature, African literatures: cultural practice or art practice? *Research in African Literatures*. V.34, n. 1, primavera 2003a, p. 1-10.
- [4] DONADIO, Rachel. Post-apartheid fiction. *New York Times*, Nova York, 3 dez. 2006.  
Disponível em  
<<http://www.nytimes.com/2006/12/03/magazine/03novelists.html?r=1&oref=slogin&ref=books&pagewanted=print>> Acessado em 21 jan. 2007.
- [5] GORDIMER, Nadine. *O gesto essencial: literatura, política e lugares*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 376p.
- [6] IRLAM, Shaun. Unraveling the rainbow: the remission of nation in post-apartheid literature. *The South Atlantic Quarterly*. v. 103, n. 4, outono 2004, p.695-718.
- [7] NKOSI, Lewis. The republic of letters after the Mandela Republic. *Journal of Literary Studies*, 18 (3/4), dez 2002, p. 240-258.
- [8] OLIPHANT, Andries Walter. Fabrications and the question of a national South African literature. *Journal of Literary Studies*. V. 20 (1/2). Jun 2004. p. 5-24.

---

### **Autor**

<sup>1</sup> **Anderson BASTOS MARTINS, Doutorando**  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
anderbas@uol.com.br